

EDUCAÇÃO PÚBLICA: MÁQUINA DE TRANSFORMAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E LEITURA DE MUNDO NA VIDA DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.

PUBLIC EDUCATION: TRANSFORMATION MACHINE, EMANCIPATION AND READING THE WORLD IN THE LIFE OF LOW-INCOME FAMILIES.

Millenna Costa dos Santos Figueiredo

Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São José

Marcia Maria Ferreira dos Santos

Professora Assistente do Curso de Pedagogia da UniSãJosé, Coordenadora de Área do PIBID, Bacharel em Comunicação Social/UGF, Licenciada em Pedagogia/SIMONSEN e Professora Mestre em Educação/UERJ.

RESUMO

A proposta deste trabalho é traçar o contexto histórico em que a Educação Pública foi institucionalizada no Brasil e quais foram as políticas públicas implantadas para nortear essa prática, a fim de compreender e apontar os impactos que a Educação ofertada de modo público tem na vida das pessoas de baixa renda. Para dar embasamento teórico a essa pesquisa são apresentadas ideias de autores, como: Paulo Freire (1997), Darcy Ribeiro (1997) e Anísio Teixeira (1971) como forma de defender a Educação Pública. Através de observações na área de Educação Pública e o estudo de campo realizado, o foco deste artigo é identificar como a Educação Pública pode transformar a vida do estudante e sua família. Com isso, o objetivo é refletir sobre as necessidades dos estudantes e como essas necessidades são atendidas. Já que a Educação é de grande valor, pois além da troca que possibilita durante as disciplinas curriculares, contribui para a formação cidadã dos estudantes e promove a transformação do meio social, é parte complementar da sociedade e, ao mesmo tempo, necessária para o funcionamento dela. Afinal, é possível que a educação pública transforme a vida do indivíduo? Como elaborar caminhos para que a educação pública atenda às necessidades e possa acrescentar positivamente para o futuro do estudante? Para responder essas questões, a pesquisadora busca traçar uma linha de pesquisa que discuta a institucionalização do ensino público, refletindo sobre os documentos que falam sobre a Educação Pública e as propostas oferecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, em relação ao estudante criança e às propostas escolares.

Palavras-chave: Educação Pública; Políticas Públicas; Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

The purpose of this work is to outline the historical context in which Public Education was institutionalized in Brazil and what were the public policies implemented to guide this practice, to understand and point out the impacts that Education offered publicly has on people's lives low-income. To provide a theoretical basis for this research, ideas from authors such as: Paulo Freire (1997), Darcy Ribeiro (1997) and Anísio Teixeira (1971) are presented as a way of defending Public Education. Through observations around Public Education and the field study carried out, the focus of this article is to identify how Public Education can transform the lives of students and their families. With this, the objective is to reflect on the needs of students and how these needs are met. Since Education is of great value, because in addition to the exchange it makes possible during the curricular subjects, it contributes to the citizenship formation of students and promotes the transformation of the social environment, it is a complementary part of society and, at the same time, necessary for the functioning of her. After all, is it possible for public education to transform an individual's life? How to develop ways for public education to meet the needs and positively add to the future of the student? To answer these questions, the researcher seeks to outline a line of research that discusses the institutionalization of public education, reflecting on the documents that talk about Public Education and the proposals offered by the Law of Guidelines and Bases of National Education - LDB, Law nº 9394 /96, in relation to the child student and school proposals.

Keywords: Public education; Public policy; Pedagogical Political Project.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender a educação como um ato político e uma prática social, contextualizando as práticas pedagógicas através da história da Educação Pública no Brasil, assim compreendendo sua importância para a estrutura social do País. Para tanto, falar sobre a Educação Pública com a classe economicamente desfavorecida envolve, não só a qualidade do trabalho educativo que se realiza dentro da instituição, mas também toda a bagagem de vida social que o aluno traz consigo.

Sendo assim, o presente artigo, visa analisar o impacto da educação pública na vida das famílias de baixa renda, buscando entender como o aluno periférico vê sua educação e como entende que ela pode modificar sua vida. Paralelamente, investigar as Políticas Públicas que norteiam a Educação Pública no Brasil, refletir sobre as necessidades dos estudantes e, assim, identificar como a Educação Pública pode transformar a vida do estudante e sua família.

Por certo, esse trabalho baseia-se na pesquisa descritiva e exploratória, envolvendo pesquisa de campo, através da plataforma *Google Forms*, com propósito de apresentar histórias em que educação pública de qualidade e a aprendizagem significativa tiveram uma função transformadora (GIL, 2002).

Partindo do que é observado nas escolas públicas, e levando em consideração a realidade do Brasil quanto a Educação e quanto a Economia, a presente pesquisa reúne exemplos coletados no intuito de refletir sobre as necessidades da criança e como essas necessidades são atendidas. Afinal, é possível que a educação pública transforme a vida do indivíduo?

Tendo a pesquisa analisado a realidade dos alunos ao entrarem na escola, e qual o valor que eles dão a sua educação quando percebem que ela pode mudar sua vida, e observando as necessidades dos estudantes e como essas necessidades são atendidas, a hipótese levantada por esta pesquisa é que a escola pública tem um papel fundamental na vida do estudante brasileiro, principalmente quando ele vem da periferia, uma vez que, as oportunidades para esse público não aparecem tão fácil, logo, cabe a escola ter o papel de apresentar ao aluno outra realidade e, assim, abrir portas para esse aluno, para que ele entenda que seu futuro depende de si e que não é algo que já está predeterminado, como muitos acham.

Passamos a tratar, durante o presente trabalho, sobre o papel da escola para favorecer o desenvolvimento da criança no sentido de criar as condições concretas para sua inserção no mundo social, cultural, econômico e político.

A compreensão da importância do papel da escola, dentro do contexto das classes sociais, perpassa pela análise de como esse papel é percebido pelos indivíduos. Em vista disso, torna-se necessário pontuar sobre algumas figuras importantes para a Educação pública, como: Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), sendo ele um dos mais importantes pensadores da Educação Brasileira, é o pioneiro na implantação de escolas públicas em todos os segmentos, com o objetivo de oferecer educação gratuita para todos¹; bem como Darcy Ribeiro (1922-1997), que foi um dos principais antropólogo, sociólogo e pensador da Escola Pública e da Educação Integral, tendo sido Ministro da Educação no governo de João Goulart. Darcy implementou, junto ao Governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)²; e para terminar o embasamento desse artigo, não podemos deixar de falar Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), provavelmente um dos mais importantes pensadores históricos do Brasil, foi Secretário da Educação da Cidade de São Paulo. Freire foi um educador e filósofo brasileiro, que defendia que a escola deveria ensinar o aluno a ler o mundo, para poder transformá-lo³.

Figuras essas que têm papel fundamental quando se afirmar que a escola pública é um ambiente transformador e que, através dela, muitas pessoas conseguem mudar suas vidas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando debatemos sobre Educação Pública, é necessário lembrar de Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), sendo um nome emblemático quando se evidenciam propostas da Educação Brasileira, dedicou grande parte de sua vida à defesa do ensino escolar público em todos os segmentos, com o objetivo de oferecer educação gratuita para todos.

Segundo Teixeira (1936, p. 87), “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina

¹ Disponível em: < https://www.ebiografia.com/anisio_teixeira/ > / Acesso em 18 ago 2022

² Disponível em: < https://www.ebiografia.com/darcy_ribeiro/ > / Acesso em 18 ago 2022

³ Disponível em: < https://www.ebiografia.com/paulo_freire/ > / Acesso em 20 ago 2022

que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”. Anísio defendia que, para ter uma sociedade informada e que soubesse seus direitos e deveres, era necessário se armar com a Educação. Então, sua proposta era a criação de uma rede de ensino que fosse da Educação Infantil ao Ensino Superior, que atendesse a todos, sem distinção de raça, classe social ou religião, uma instituição que olhasse para as necessidades da comunidade que estava incluída.

A descentralização da educação foi defendida por Teixeira em vários estudos ao longo de sua vida. Defendia a escola como instituição que mais precisa de autonomia e liberdade de ação, visto que o processo educacional é individual e particular. Quando Teixeira afirma que:

Numa democracia, nenhuma obra supera a de educação. Haverá, talvez, outras aparentemente mais urgentes ou imediatas, mas estas mesmas pressupõem, se estivermos numa democracia, a educação. Todas as demais funções do estado democrático pressupõem a educação. Somente esta não é consequência da democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesmo para a sua existência (1947, pp. 685-696).

Teixeira (1947) confirma, em todo seu estudo, de que a escola pública se faz necessária para que possamos dar chance e voz para quem não possui, para que as pessoas com poucos recursos tenham oportunidade à educação e assim se sintam motivadas a buscar um futuro promissor.

Continuando com figuras importantes para Educação no Brasil, temos Darcy Ribeiro (1922-1997), defensor da democratização do ensino público e de qualidade para todos. Na educação, com Anísio Teixeira, participou em defesa da escola pública e foi Ministro da Educação durante o Governo de João Goulart.

Darcy Ribeiro implementou, junto ao Governo de Leonel Brizola, no Estado do Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que é uma das principais políticas de educação integral no país. Para Ribeiro (1995, p. 22):

Espaço para a convivência e as múltiplas atividades sociais durante todo o largo período da escolaridade, tanto para as crianças como para as professoras. O Tempo indispensável, que é igual ao da jornada de trabalho dos pais, em que a criança está entregue à escola. Essa larga disponibilidade de tempo possibilita a realização de múltiplas atividades educativas, de outro modo inalcançáveis, como as horas de Estudo Dirigido, a frequência à Biblioteca e à Videoteca, o trabalho nos laboratórios, a educação física e a recreação. O terceiro requisito fundamental para uma boa educação é a Capacitação do Magistério.

Dos fatos citados acima, temos a implementação dos CIEPs, que tem papel importante para a Educação Pública brasileira, pois buscam oferecer tempo integral na escola, assim tirando o aluno da rua e mostrando às crianças que há outras possibilidades de futuro. Com o turno integral, o CIEP oferecia refeições (café da manhã, almoço, lanche e jantar), olhando para a realidade do nosso país, muitas crianças só conseguem fazer essas refeições na própria escola.

Não podemos falar sobre educação sem citar Paulo Reglus Neves Freire (1921- 1997), considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, e reconhecido como patrono da Educação Brasileira. Freire defendia que a escola deveria ensinar o aluno a ler o mundo, para poder transformá-lo. Hoje, Freire deixou um grande legado para a Educação Pública, por ser autor de uma pedagogia crítica que tem como horizonte a emancipação do ser humano, em oposição a todos os tipos de opressão. Nas palavras de Freire,

(...) Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias, soluções,

reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de autoemancipação intelectual independentemente dos valores da classe dominante (...) (1991, p. 16).

Freire (1991) tinha sede de armar o povo brasileiro com conhecimento, sede por uma educação crítica, comprometida com princípios de solidariedade e justiça social, a luta pela qualidade social da educação. Paulo Freire não está nos currículos das escolas públicas, mas, como referência para àqueles que praticam pedagogia todos os dias.

Para Freire, a educação é feita com o povo e para ele, para a classe oprimida da sociedade. Nos anos 60, o filósofo abordou sobre o tema “Educação Popular”, que se tratava de um movimento pedagógico que valorizada os saberes do povo e sua cultura para a construção de novos saberes, traz como concepção uma educação libertadora, dando ênfase para a política, ética e para novas relações sociais.

Faz-se necessário que as escolas públicas sigam o pensamento Freiriano, para que entendam a realidade de seu aluno em sala de aula, assim, promovendo uma nova relação entre o currículo e a comunidade escolar.

DESENVOLVIMENTO

Para uma melhor contextualização da pesquisa de campo abordaremos a histórica da educação pública no Brasil, as políticas públicas que norteiam a educação pública no Brasil e o projeto político pedagógico como ferramenta de transformação.

A História da Educação Pública no Brasil: uma história de percalços, desafios e conquistas

Para compreendermos melhor o campo educacional em que a Educação Pública vem sendo construída e refletirmos sobre suas práticas, é preciso voltar no tempo para entendermos como aconteceu a criação do atendimento institucional às classes baixas e quais foram os primeiros passos da Educação Pública no Brasil.

Por isso, o início desse desenvolvimento tem como objetivo demarcar a trajetória histórica da institucionalização pública no Brasil, a fim de analisarmos de que forma os aspectos políticos e educacionais foram estabelecidos ao longo dos anos e identificarmos quais são as políticas criadas para nortear essas práticas.

Parafraseando o filósofo Heródoto (século V a.C), é necessário pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro. (FALCÃO, 2019). Portanto, iniciaremos este trabalho com a análise histórica da Educação Pública para que, nos próximos tópicos, possamos discutir sobre o contexto atual em que ela se encontra, uma vez que a política educacional do Brasil declara a garantir o direito universal à educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando.

Quando falamos sobre a Educação no Brasil, iniciamos na chegada dos Portugueses, no século XVI. Os primeiros educadores foram os Padres Jesuítas, sendo responsáveis pelos primeiros colégios no Brasil, que tinham como missão catequizar os povos nativos e propagar a fé cristã no novo território, nessa época a educação era restrita aos homens (REDE OMNIA, 2022).

Todavia, em meados do século XVIII, houve a expulsão dos Jesuítas em Portugal, que ocasionou a saída deles do Brasil, e até a chegada da família Real em território brasileiro, a educação ficou estagnada, apenas passando de geração em geração (VILELA, 2016).

Com a chegada da família Real, em 1808, surgiram instituições científicas e culturais, como também cursos técnicos e de ensino superior no Rio de Janeiro e Bahia, porém esses cursos tinham como objetivo atender apenas a elite local.

Ainda que as Constituições de 1823 e 1824 tenham começado a abordar o tema da educação popular, D. João VI levantou um caráter econômico e profissionalizante à Educação, o que acabou se conservando por um tempo.

Durante o Período Imperial, Thiago Vilela (2016) nos ensina que foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, em que, o Art. 179 afirmava que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Entretanto, durante este período, havia uma defasagem de profissionais da educação, então, alunos eram treinados para instruir outros alunos. Quando chegamos no período da República Velha, de 1889 a 1929, ocorreu o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, muito se priorizava a formação para um trabalhador, sem abrir margens para formar cidadãos críticos, porém, naquele período, ocorreram importantes fatos no processo de mudança das Políticas Brasileiras, como: o Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), a Rebelião Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927), fatos esses que foram importantes para abordar e passar a diante o que significavam.

Quando acontece a Revolução de 30, o Brasil começa a entrar num modelo capitalista, a nova realidade precisou de mão-de-obra especializada e qualificada e, para isso, foi necessário investir na educação, assim, criaram o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, com a finalidade de resolver assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo. E, em 1935, o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, no atual município do Rio de Janeiro (VICENZI, 1986). De acordo com Cláudio Santos (2020), em 1937, uma nova Constituição é apresentada, nela é enfatizada a importância de um ensino focado na pré-vocacional e em qualificar a mão-de-obra, mantinha a obrigatoriedade e gratuidade no ensino primário.

Durante esse tempo (Estado Novo), não houve grandes avanços para a Educação.

No período da República Nova, de 1946 a 1963, a constituição da época determinava a obrigatoriedade do ensino primário, e fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos. Como importante marco da época, em 1950, em Salvador, Anísio Teixeira inaugurava o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), começando seu projeto de escola-classe e escola-parque (SANTOS, 2020).

No período da Ditadura Militar, a Educação foi profundamente afetada. A Educação seguia duas vertentes, a primeira era formar mão-de-obra adequada para o sistema militar; a segunda, era a disseminação de uma ideologia adepta ao regime entre as crianças e adolescentes, começando por impor um padrão de comportamento regrado e obediente. Com o objetivo de diminuir analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), utilizando da didática de Paulo Freire, que foi exilado durante esse período. O MOBRAL propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, durou quase duas décadas, sendo um dos programas de educação mais caros que o Brasil já teve, mas fracassou, entre denúncias de corrupção, acabou por ser extinto e, no seu lugar, criaram a Fundação Educar. Nesse período, qualquer expressão cultural que não coincidissem com as ideias do regime eram abafadas (VILELA, 2016).

Mesmo com muitas sequelas do período do Militar, em 1985, se inicia o período da Nova República, que teve como marco inicial a transição para a democracia, muitas questões pedagógicas que já tinham perdido o rumo por ter assumido um caráter político foram resgatadas, a educação começou a ser vista num sentido mais amplo do que apenas escola e sala de aula.

Desde o início da Nova República até os dias atuais, muito tem se debatido e mexido no Planejamento Educacional. Políticas públicas implantadas visam trabalhar o aluno como um todo, formando um cidadão mais crítico, que tenha mais oportunidades de emprego e melhoria na qualidade de vida. Aprimorando nosso desenvolvimento social, econômico e cultural.

As Políticas Públicas que norteiam e asseguram a Educação no Brasil

No tópico anterior, ao traçar o contexto histórico em que a Educação surgiu no Brasil, percebe-se que o percurso histórico apresenta um cenário de constantes mudanças que o campo educativo sofreu ao longo dos anos, desde o momento em que não havia uma atenção especial voltada para a criança nos primeiros anos de vida até o momento atual, em que temos uma legislação que norteia e assegura as práticas relacionadas à educação de crianças pequenas. Ao analisarmos as raízes históricas da Educação, podemos compreender os desafios enfrentados no decorrer dos anos.

Antes de citarmos quais Políticas Públicas fazem parte da Educação, precisamos entender o que são e como que elas auxiliam nesse processo. As Políticas Públicas de educação são programas criados pelo Governo para pôr em prática providências que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos, além de avaliar e melhorar a qualidade de ensino no País. Elas são propostas, estudadas e criadas a partir de leis que são votadas pelos membros do Poder Legislativo (deputados federais e estaduais, senadores e vereadores) em cada esfera de governo: federal, estadual e municipal (AMANDA, 2020).

Compondo a Educação Pública, temos muitos projetos criados para garantir um ensino de qualidade, nesse trabalho acadêmico, focaremos nas Políticas Públicas que embasam a educação básica.

Segundo a Lei nº 9.394/96, As políticas de educação são garantidas pela Constituição Federal e por outras leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A LDB (Lei de Diretrizes e Base) é responsável pelo sistema de Educação no país, nela é definido como deve-se organizar as ações que formaram o ensino público, garantindo uma educação igualitária e de qualidade para todos. Com isso, a LDB criou uma base comum que guiará o currículo da educação básica, que é a BNCC (Base Nacional

Comum Curricular)⁴. Na LDB também está prescrita a criação do PNE (Plano Nacional de Educação), nele são estabelecidas diretrizes que o Estado busca implementar na área de educação no país, um programa decenal⁵.

Além da LDB e do PNE, muitas outras políticas visam à melhoria da qualidade de ensino. Atualmente, contamos com o ECA (Estatuto da criança e do adolescente), que através dele os direitos das crianças à saúde, ao lazer e à educação passaram a ter peso de lei, nele constam todos os direitos e deveres que toda criança deve ter.

Temos o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), sendo umas das Políticas Públicas mais comentadas, em que são recolhidos os fundos de 26 estados e do Distrito Federal, e há a redistribuição dos recursos para atender a educação básica em todo o país. Através do Fundeb, é possível que outros projetos sejam executados, pois ele permite que municípios e estados aumentem a oferta de vagas na educação básica. (Caderno de Estudos FUNDEB, p. 56).

Quando se fala de política pública, não podemos esquecer de citar a EJA (Educação para Jovens e Adultos) que nos recorda nosso teórico Paulo Freire, que nos diz que “A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem” (1983, p. 97), esta frase faz parte do livro "Educação como Prática da Liberdade". A EJA é um projeto que é cheio de amor, a segunda chance para adultos que não terminaram os estudos na idade indicada, atende desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Temos o Programa Escola Acessível, que visa promover condições de acessibilidade, aumentar recursos didáticos e pedagógicos para melhorar o aprendizado de estudantes com necessidades especiais, que também só é possível através da Política Pública: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que tem como objetivo dar assistências as escolas públicas da educação básica⁶.

Um dos projetos do PNE, sob responsabilidade do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que é responsável pela execução das Políticas Educacionais do Ministério da Educação, é o programa Caminho da Escola, que tem como finalidade aperfeiçoar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal e estadual da educação básica, de forma que erradique o analfabetismo nas regiões rurais⁷.

Existe também o PBA (Projeto Brasil Alfabetizado), que consiste em alfabetizar jovens de 15 anos ou mais, contando com a elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, dando prioridade aos municípios que apresentam uma taxa de analfabetismo maior que 25%⁸.

Logo, como diria o educador brasileiro Paulo Freire (1979, p. 86), “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, por isso, essas políticas são tão importantes para um futuro melhor.

O direito à educação é de obrigação do Estado, que deve preservar e trabalhar para que ele seja exercido, como está previsto na Constituição Federal de 1988. No artigo 205, a constituição nos fala que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Durante o governo Lula em 2004, como parte do projeto Fome Zero, foi criado o programa Bolsa Família, que tem como objetivo amparar famílias em situação de pobreza através de um auxílio de renda. Porém, para receber esse benefício, é necessário que o aluno tenha frequência na escola, a fim de diminuir a evasão escolar.⁹

Com as Políticas Públicas o Estado tenta controlar, de um jeito mais prudente, o acesso e a permanência do aluno da escola. Já que através delas o Estado visa a superação das desigualdades e tentam ofertar chances iguais para todos os cidadãos, mesmo que em diferentes classes sociais.

Projeto Político Pedagógico: um campo de possibilidades

Na LDB, encontramos a normalização do PPP (Projeto Político Pedagógico), que deve ter como base a gestão democrática, a formação para a cidadania e os princípios norteadores da educação no país.

Segundo Libâneo (2004, p. 56), o PPP “é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo

⁴ Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>> / Acesso em 28 out de 2022

⁵ Disponível em < <https://pne.mec.gov.br/17-cooperacao-federativa/31-base-legal>> / Acesso em 01 out de 2022

⁶ Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17428-programa-escola-acessivel-novo>> / Acesso em 10 nov de 2022

⁷ Disponível em < <https://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola>> / Acesso em 11 nov de 2022

⁸ Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/pnaes?id=12280>> / Acesso em 11 nov de 2022

⁹ Disponível em < <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol3.pdf>> / Acesso em 13 nov de 2022



educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”.

Toda escola tem objetivos que pretende alcançar, ao estudar sua comunidade ao redor, ao ver suas maiores necessidades (pedagógicas e sociais), se traçam metas a cumprir.

Noêmia Lopes (2010, Edição 11) nos traz que:

Se você prestar atenção, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele: É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período. É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao elaborar um PPP, o corpo docente, a comunidade escolar e todos os colaboradores devem fundamentar-se nos princípios básicos, que são: equidade, qualidade, gestão democrática, liberdade e a valorização do magistério. Faz-se necessário que sejam estudados os próprios parâmetros da comunidade escolar, e no Projeto Político Pedagógico, a escola deve definir sua missão e seus valores, assim como sua razão de existir¹⁰.

Outro ponto de vista significativo na construção do PPP, são os elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico, como: qual a **finalidade da escola**, qual tipo de cidadão ela pretende formar, qual a prioridade da escola?; Qual a **estrutura organizacional** da escola (administrativa e pedagógica)?; qual o **currículo** da escola?; como será dividido seu **tempo escolar**? (grifo nosso).

Ao conversar com uma antiga diretora de uma escola do município do Rio de Janeiro, situada no bairro da Praça Seca onde o índice de violência e criminalidade são bem altos, ela me relatou que, quando assumiu a direção da escola, precisou agir rápido, pois o percentual de evasão escolar estava significativo. De tal modo que ela precisou modificar o PPP da escola, de forma que diminuísse a evasão escolar e criasse projetos para que as crianças ficassem mais tempo dentro do ambiente escolar. Um dos projetos criados foi o do Coral da escola, em que os alunos se apresentavam em outros ambientes e, com isso, os alunos começaram a desenvolver responsabilidade, autonomia e a ter entusiasmo com os estudos. No final, os resultados foram satisfatórios, pois de uma escola que só tinha 30% de alunos que continuavam nos estudos, houve um crescimento e conseguiram que 75% dos alunos seguissem na vida escolar.

Práticas da Educação Pública: Pesquisa de Campo e um breve relato sobre a escola pública

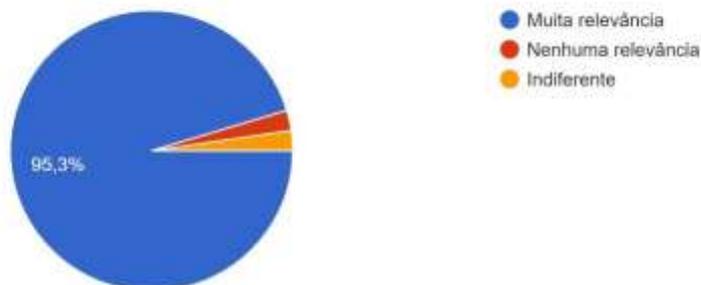
Com o objetivo de refletir sobre as práticas da Educação Pública, foi elaborado um formulário pelo *Google Forms*, com pessoas que passaram pela escola pública. A escolha desta plataforma se deu em virtude de sua praticidade de responder de modo *online*, facilitando o acesso e a análise dos resultados. O formulário era composto por 7 perguntas, sendo 3 fechadas e 4 abertas, foram obtidas 43 respostas de antigos alunos da rede pública.

A perguntas tinham como foco saber a formação da pessoa atualmente, se a escola contribuiu para sua formação como cidadão e foi pedido para que pessoa fizesse um breve relato de sua vivência como aluno. Com isso, pude realizar uma pesquisa de campo e levantar algumas questões a serem discutidas.

¹⁰ Disponível em < <https://blog.conexia.com.br/projeto-politico-pedagogico/> > Acesso em 05 out de 2022

Figura 1 – Vivência

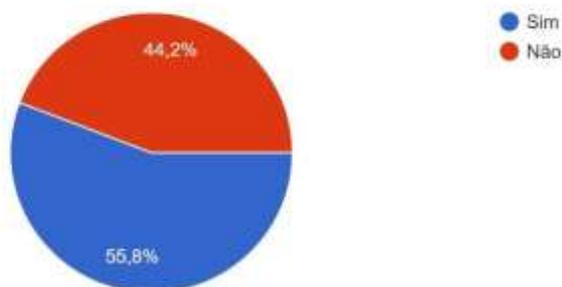
De acordo com sua vivência no ensino público, o quanto sua escola teve relevância em seu futuro?
43 respostas



De 43 pessoas entrevistadas, 41 afirmam que a escola pela qual passaram teve grande relevância para sua formação.

Figura 2 – Projeto Escolar (PPP)

Você participou de algum projeto em sua escola que teve algum impacto para sua vida?
43 respostas

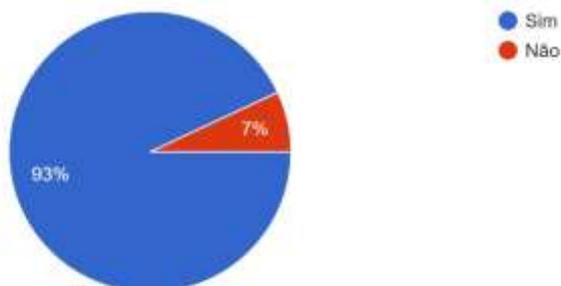


De 43 pessoas entrevistadas, 24 afirmam ter participado de algum Projeto que teve impacto em sua vida, foram citadas áreas como: música, artes, história, reforços escolares, ciências, esportes, literatura e contribuição para o CEC (Concelho Escolar Comunidade).

Figura 3 – A escola pública e o impacto em sua vida

Acha que através do que foi trabalhado durante sua passagem na escola pública, sua visão de mundo e sua expectativa de futuro mudaram?

43 respostas



Das 43 pessoas entrevistadas, 40 declararam que, com a escola pública, sua expectativa de mundo mudou. Uma das questões abertas era para saber a idade dos entrevistados, para ter como base a evolução da educação pública, as idades variam de 25 anos até 63 anos.

Questão aberta – Formação Figura 4

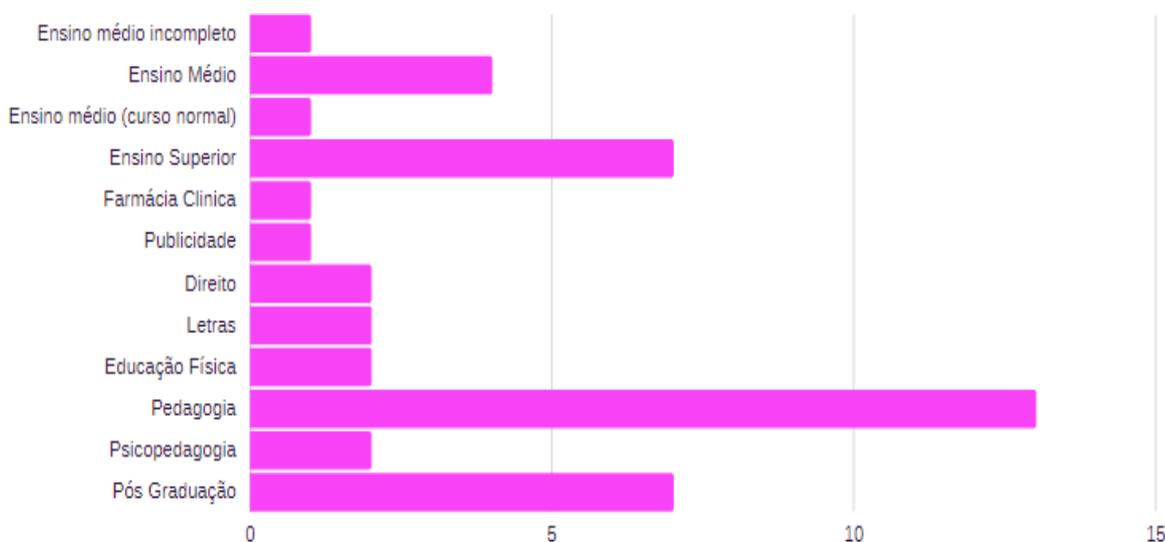


Gráfico feito na plataforma Microsoft PowerPoint para facilitar a visualização.

Através dessa questão aberta, foi verificado que grande parte dos entrevistados tem formação na área da Educação (muitos sendo funcionários públicos) e, através dos relatos abaixo, é possível verificar a motivação de muitos para seguir nessa área, foi com o intuito de poder fazer diferença na vida de seus alunos como tiveram em suas vidas.

Questão aberta – Conte uma lembrança de sua época de escola, positiva ou negativa, que teve importância para seu futuro:

Destacamos as seguintes respostas:

Maurenn Lopes (38 anos) relatou que teve “excelentes professores, dinâmicos, que me inspiraram a me tornar uma professora hoje” (sic).

Já Noemi de Jesus (28 anos) destacou que sua lembrança foi de uma professora do ensino médio, que sempre aconselhava os alunos a estudar para ter uma vida melhor e se tornar um cidadão de bem. Foi através de tantos incentivos que me tornei professora. Sou imensamente grata por todos os conselhos oferecidos (sic).

Fabiana Florencio (42 anos) lembrou que, “Participar do coral da E. M. Estado de Israel, com músicas em Hebraico, e apresentação no Clube Israelita no centro do RJ” (sic) fizeram a diferença em sua formação.

Quanto a lembrança da época de escola, Francelly Arbache (29 anos) destacou ter sido “positiva e reforçou muito para a escolha da minha profissão. Houve empenho, cuidado, interesse e grande aprendizado” (sic).

Maria de Fátima Almeida (55 anos) enfatizou que “A diversidade e o respeito as muitas expressões humanas me fizeram ter uma visão das pessoas sem preconceitos. Misoginia, racismo, xenofobia não fazem parte da minha vida e luto para um mundo mais respeitoso. A escola pública era muito boa!!!” (sic).

Um dos principais pontos a ser destacado durante a pesquisa de campo é a gratidão das pessoas pela escola pública. Percebemos, também, o quanto é necessário para o professor refletir sobre a prática pedagógica.

Histórias traçadas e marcadas de forma positiva, se formos examinar cada um dos relatos, como seria o futuro dessas pessoas se não tivessem a oportunidade de estudo pelo ensino público? Num país onde Estudos revelam que 29,6% dos brasileiros vivem em extrema pobreza, o ensino público é uma oportunidade às pessoas¹¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falarmos sobre Educação Pública, devemos ter consciência que ela está diretamente ligada a qualidade social. Inquestionavelmente, o ensino público é fundamental para o desenvolvimento do aluno: tanto para seu intelectual quanto o pessoal, enquanto ser social. E juntamente ao ensino temos a Escola, que tem papel primordial na vida dos alunos periféricos, que terão dentro dela oportunidades de enxergar a vida de outra forma, acreditando em si e vendo novas portas se abrirem.

De acordo com o objetivo geral desta pesquisa, confirma o impacto que a Educação Pública tem na vida não só dos alunos de baixa renda como em toda sua família, visto que elas incentivam à participação da família na escola e na formação escolar dos filhos. Através deste artigo, conseguimos analisar as políticas públicas da educação, e vemos que elas asseguram às famílias pobres o direito de acesso à informação e formação escolar, tarefa tão fundamental para a inserção social, constituição e exercício da cidadania.

O trabalho teve como fundamentação teórica três grandes nomes dentro da Educação Pública no Brasil, teóricos que não só lutaram pela educação, mas lutaram pela Educação para todos, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire defenderam que é necessário que haja democratização do ensino público e de qualidade para todos!

Historicamente narrando, constatamos os avanços que a Educação teve, em que saímos de um Estado que só enxergava a criança a partir de 7 anos, para um Estado que entende uma identidade infantil formada, possibilitando que a criança esteja aos cuidados do Governo desde os 6 meses em creches públicas.

Com o fim de consolidar os dados deste trabalho, a pesquisa de campo feita comprova que, para muitos, a Escola Pública teve função transformadora, já que através dela tiveram uma visão de mundo onde há oportunidades. O resultado é reconhecer a conjuntura escolar e educacional que as famílias de baixa renda vivem, atentando-se a importância da Educação Pública e seu valor.

A criança e o adolescente têm direito a brincar, direito ao contato com a natureza, direito à higiene e à saúde, mas principalmente, direito à educação de qualidade.

A hipótese do trabalho foi alcançada, já que não resta dúvidas que a Educação é de grande valor, pois além da troca que possibilita durante as disciplinas curriculares, contribui para a formação cidadã dos estudantes e promove a transformação do meio social, é parte complementar da sociedade e, ao mesmo tempo, necessária para o funcionamento dela.

Devemos adotar uma postura para defender e lutar pela Educação Pública. Devemos pensar no nosso aluno como um ser cheio de potencialidades e oportunidades, com um olhar afetuoso, preocupado com a educação como

¹¹ Segundo notícia disponível em < <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais> > / Acesso em 13 nov de 2022

elemento constitutivo da pessoa, e condição de formação para desenvolvimento integral do ser. Devemos estar atentos às necessidades do estudante, sejam elas físicas ou emocionais. Devemos nos impulsionar para que o campo da Educação Pública, de qualidade, avance cada vez mais. Freire (2000) afirma que a educação sozinha não transforma a sociedade, e sem ela tampouco a sociedade muda.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Nelson Cardoso: Um novo Fundef? As ideias de Anísio Teixeira. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 2, n 75. P. 277-290, ago, 2001.
- AMORIM, Rovênia. **Políticas do MEC tornam-se referência na América Latina**. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/politicas-publicas>>. Acesso em: 18 outubro de 2022.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Renascimento, Humanismo e Reforma. In: **História da Educação**, 2ª Ed., São Paulo, Moderna, 1996. p. 86-95.
- BRASIL. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jul. 1990
- Educação e cultura na Constituição do Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.65, n.151, set./dez. 1984. p.685-696.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 53. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2019.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação**. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/618-apresenta%EF%BF%BD%EF%BF%BD>>. Acesso em: 04 nov 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LOPES, Noêmia. **O que é o projeto político-pedagógico (PPP)**. 2010. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>>. Acesso em: 20 outubro de 2022.
- NOVA ESCOLA. **Em favor da escola pública**. 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2858/em-favor-da-escola-publica>>. Acesso em: 27 outubro de 2022.
- Sem autor. **Como são aplicadas as Políticas Educacionais no Brasil?**. Tutor Mundi. 2021. Disponível em: <<https://tutormundi.com/blog/politicas-educacionais-do-brasil/>>. Acesso em: 15 outubro de 2022.
- SILVA, Amanda Louise Lima. Poder Legislativo: O que é e como funciona?. Politize. 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/poder-legislativo/>>. Acesso em 16 setembro de 2022.
- SOUZA, Renato Falcão de Almeida. **Lições do passado para construir o futuro**. Revista Escola de Pais do Brasil – 56º Congresso Nacional, São Paulo. 2019, p. 30-31.
- TEIXEIRA, Anísio. Descentralizar a educação, uma reforma que se impõe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1956. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/fran/artigos/descentralizar2.html>>. Acesso em: 11 set. 2022
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O Plano Nacional de Educação**. 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/>> Acesso em: 04 nov. 2022.
- VEIGA, Alma. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 24. ed. São Paulo: Papyrus Editora. 2008.
- VILELA, Thiago Dutra. **Linha do tempo da História da Educação no Brasil**. 2009. Disponível em: <<https://www.ocomprimido.com/dose-diarialinha-do-tempo-da-historia-da-educacao-no-brasil/>>. Acesso em: 17 setembro de 2022.

